

País terá choque de superávit

Juro só cairá a médio prazo, depois que maior esforço fiscal der segurança ao governo

Sergio Fadul e Sonia Soares

O governo está decidido a dar um choque de superávit primário na economia, a curto prazo, e não apenas anunciar o aumento da atual meta, fixada em 3,75% do PIB. Além disso, considera um ato precipitado do Banco Central (BC) reduzir os juros já nos próximos meses. A estratégia delineada para a política econômica tem como objetivo inicial aumentar a confiança e melhorar o crédito do país. Isso reduziria as pressões sobre o câmbio, ajudando a diminuir a inflação. A partir daí, então, o governo teria a segurança necessária para o início de um processo de redução das taxas de juros, abrindo caminho para o crescimento.

A avaliação da nova equipe de governo é que é melhor esperar um pouco mais e promover uma queda consistente nos juros do que correr o risco de reduzir as taxas agora e logo depois ser obrigada a fazer o movimento contrário. Isso provocaria um trauma nas expectativas.

Em outras palavras, a redução da Selic vai ficar para mais tarde, contrariando quem aposta em corte nas taxas já no próximo mês. A idéia é criar, antes de mais nada, um ambiente econômico que tenha efeito de longo prazo, com a redução gradual dos juros básicos, que hoje estão em 25%.

O choque de superávit primário, aposta o governo, será conseguido principalmente com cortes de despesas e sem provocar traumas no já apertado Orçamento. Um dos itens que estão na mira são os gastos da União com viagens, que, no ano passado, chegaram a R\$ 518,9 milhões. A avaliação é de que há espaço para reduzir esta despesa à metade, sem comprometer a atuação da equipe.

Ordem é economizar todo centavo possível

• Embora os formuladores da linha econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não contem com aumento de receitas para fazer o superávit maior, as arrecadações extraordinárias serão muito bem-vindas. Isto facilitará o esforço fiscal e permitirá o aumento das verbas para programas sociais. De acordo com um dos integrantes do governo, ainda há espaço no Orçamento para cortes. Por isso, todos estão debruçados sobre as planilhas, buscando espaço para economizar cada centavo.

— Não haverá choque no Orçamento, mas podemos reduzir despesas — diz um graduado integrante da equipe de Lula.

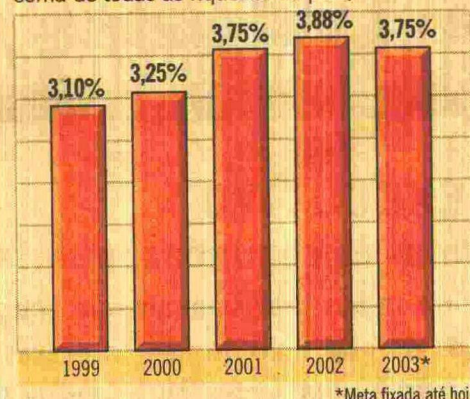
Sem fixar a meta de economia adicional a ser feita, fontes do governo garantem que a proposta é reduzir drasticamente o peso da dívida. E, para tanto, a equipe econômica não vai se contentar com a redução da relação dívida/PIB, já observada após a queda da cotação do dólar.

As contas do governo



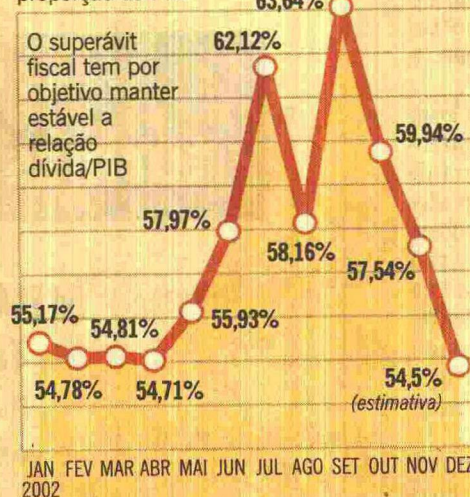
AS METAS DE SUPERÁVIT FISCAL

Receitas menos despesas, sem contar o pagamento de juros e correção monetária, dos governos federal, estaduais, municipais e das empresas estatais acumulado em 12 meses, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país)



A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Dívida líquida do setor público como proporção do PIB



O QUE O GOVERNO ESPERA QUE ACONTEÇA



AS ESTIMATIVAS DO IPEA

Dados de um estudo recém concluído encaminhado ao Ministério do Planejamento

Impacto da inflação

Em 2003, considerando a inflação do ano passado e a alta de preços prevista para este ano, e ainda a expansão do PIB, as receitas serão entre R\$ 23 bilhões e R\$ 25 bilhões maiores do que em 2002

Contribuição das estatais

Se as empresas estatais repetirem em 2003 os bons resultados obtidos no segundo semestre de 2002, elas podem garantir de 0,1 a 0,2 ponto percentual do superávit fiscal primário do ano. Isso considerando que a Petrobras não vá mudar sua atual política de preços para os combustíveis

Sem extras

Em 2002, receitas extras — como a quitação de débitos fiscais dos fundos de pensão — garantiram mais de R\$ 20 bilhões aos cofres públicos. O estudo do Ipea estima que, mesmo sem a arrecadação com receitas extras e sem fazer cortes nas despesas, o governo pode conseguir um superávit fiscal primário de até 4,2% do PIB em 2003

FONTE: Banco Central

Esta relação chegou a 63,6% no fim do ano passado — quando o preço da moeda americana chegou ao seu pico — encerrou novembro em 57,5% e, atualmente, com o dólar mais barato, está em torno de 55%. Como boa parte da dívida pública é corrigida pelo câmbio, cada queda do dólar reduz de forma instantânea a dívida. O alvo do governo com um superávit maior é justamente aproveitar a onda e intensificar este movimento.

O governo não pensa em redução drástica dos juros imediatamente, até porque sabe que não será de uma hora para outra que o Brasil vai atrair dinheiro a custo mais baixo. Por isso, prefere investir no aumento da credibilidade, para que o custo de captação fique mais baixo e, conseqüentemente, a

taxa de juros interna caia naturalmente, sem que haja risco para a inflação. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e o Banco Central estão afinados na convicção de que este é o caminho a ser seguido.

— Se o governo anuncia um superávit como o mercado quer, as pessoas percebem que a intenção de conter gastos é para valer. Com a reforma da Previdência passando no Congresso, o risco cai, as captações se tornam mais baratas, o câmbio deixa de ser pressionado e, aí, poderemos pensar na redução dos juros — diz uma das fontes.

A reforma da Previdência é considerada de fundamental importância para a estratégia dar certo. A avaliação é que os investidores internacionais, principalmente os grandes fi-

nanciadores externos, enxergam com facilidade que o sistema de aposentadorias brasileiro caminha rapidamente para a falência. Por isso, cobram caro, pressionando juros e dólar, e só emprestam no curtíssimo prazo.

Aprovar essa reforma teria efeito imediato na percepção dos agentes financeiros internacionais, mesmo que o equilíbrio nas contas da Previdência só venha a longo prazo. O país não teria mais um horizonte de quebra da Previdência pela frente, dissipando dúvidas sobre a possibilidade desses financiadores sofrerem um calote mais adiante. O risco-país cairia imediatamente, levando junto o dólar e as taxas de juros dos empréstimos ao país, e dando segurança para a queda dos juros internos. ■